

Agronegócio da soja no Cerrado: empresarização e transnacionalização

Soybean agribusiness in the Cerrado: entrepreneurship and
transnationalization

Agronegocio de la soja en el Cerrado: emprendimiento y
transnacionalización

Roberto de Sousa Miranda

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0003-2412-7914>

Resumo: O objetivo do artigo é analisar as dinâmicas de estabelecimento e de empresarização da sojicultura no município de Balsas, Sul do Maranhão, observando a atuação do governo federal na implementação de programas agrominerais e de cooperação internacional, bem como a atuação de grandes empresas transnacionais nesse processo. A metodologia partiu de uma pesquisa documental para levantar os principais programas governamentais que impulsionaram a sojicultura e a pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com sojicultores. A pesquisa mostrou que o Estado teve uma importante atuação para o estabelecimento do cultivo da soja; que a atuação das tradings processadoras e comercializadoras de grãos foi fundamental para que esta oleaginosa se tornasse uma das principais atividade econômica do Cerrado; e que grandes empresas japonesas iniciaram um processo agressivo de aquisições de produtoras e comercializadoras de oleaginosas e de infraestrutura de transporte no Brasil para equilibrar o avanço da China na compra de terras para a produção de soja.

Palavras-chave: Agronegócio; Cerrado; Capital Internacional; Sul do Maranhão.

Abstract: The objective of this article is to analyze the dynamics of the establishment and commercialization of soybean farming in the municipality of Balsas, in the south of Maranhão, observing the role of the federal government in implementing agro-mineral and international cooperation programs, as well as the role of large transnational companies in this process. The methodology was based on documentary research to identify the main

government programs that promoted soybean farming and field research, with semi-structured interviews with soybean farmers. The research showed that the State played an important role in establishing soybean cultivation; that the role of grain processing and marketing trading companies was fundamental for this oilseed to become one of the main economic activities in the Cerrado; and that large Japanese companies began an aggressive process of acquiring oilseed producers and traders and transport infrastructure in Brazil to offset China's advance in purchasing land for soybean production.

Keywords: Agribusiness; Cerrado; International Capital; South of Maranhão.

Resumen: El objetivo del artículo es analizar la dinámica de implantación y emprendimiento del cultivo de soja en el municipio de Balsas, sur de Maranhão, observando el papel del gobierno federal en la implementación de programas agrominerales y de cooperación internacional, así como el papel de las grandes empresas transnacionales en este proceso. La metodología partió de una investigación documental para relevar los principales programas gubernamentales que impulsaron el cultivo de soja y la investigación de campo, con entrevistas semiestructuradas a productores de soja. La investigación demostró que el Estado jugó un papel importante en el establecimiento del cultivo de soja; que las actividades de las empresas comercializadoras que procesan y comercializan granos fueron fundamentales para que esta oleaginosa se convirtiera en una de las principales actividades económicas del Cerrado; y que las grandes empresas japonesas iniciaron un agresivo proceso de adquisición de productores y comercializadores de semillas oleaginosas e infraestructura de transporte en Brasil para equilibrar el avance de China en la compra de tierras para la producción de soja.

Palabras Clave: Agronegocio; Cerrado; Capital Internacional; Sur del Maranhão.

Introdução

Durante o processo de modernização da agricultura, iniciado na década de 1960, o Cerrado e a Amazônia foram transformados em zonas estratégicas para a expansão de atividades agropecuárias e de mineração, impulsionadas por projetos territoriais que visavam povoar e desenvolver economicamente essas regiões (Miranda, 2011, 2013, 2021). No entanto, tais iniciativas entraram em choque com as práticas e os direitos das populações tradicionais e movimentos sociais locais, que buscavam preservar seu acesso à terra, melhorar suas condições socioeconômicas e manter o controle sobre os recursos naturais. Isso resultou em intensos conflitos em torno da apropriação desses recursos.

Já a partir dos anos 1980, uma série de pesquisadores começou a explorar os efeitos desses grandes empreendimentos, destacando o papel central que desempenharam na expropriação de terras, no deslocamento de populações tradicionais para centros urbanos e no aumento do desmatamento e da pobreza. Esses estudos analisaram as dinâmicas locais, regionais e globais que orientaram os investimentos no Cerrado e na Amazônia, revelando como esses projetos contribuíram para a degradação socioambiental e a

intensificação das desigualdades sociais (Alves, 2005; Bunker, 2007a, 2007b; Azevedo; Martins; Drummond, 2009; Lima; May, 2008; Cerqueira, 2023; Ribeiro, 2024).

A estruturação do agronegócio da soja no Cerrado não teria sido possível sem a atuação do Estado tanto na oferta de crédito, quanto na implantação de programas e políticas públicas de fomento à agropecuária e à infraestrutura de transporte, especialmente nos anos 1970 e 1980, assim como em relação à entrada das tradings – a Archer Daniels Midland Company (ADM), a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus, que formam o ABCD da soja – no processamento e comercialização de grãos nos anos 1990 (Heredia; Palmeira; Leite, 2010, Miranda, 2021)¹. A soja teve, portanto, um papel importante na expansão agrícola brasileira no Cerrado brasileiro entre 1994 e 2013, como bem destacam Miragaya (2013) Freitas e Mendonça (2016).

Diante disto, a proposta do artigo é analisar as dinâmicas de estabelecimento e de empresarização da sojicultura no município de Balsas, Sul do Maranhão, observando a atuação do governo federal na implementação de programas agrominerais e de cooperação internacional, bem como a atuação de grandes empresas transnacionais nesse processo. A soja começou a ser cultivada no referido município, em 1977, em uma área de 32 ha, porque os cultivares utilizados não se adequavam às condições edafoclimáticas do Cerrado (Miranda, 2011). Já em 1988², depois do desenvolvimento de cultivares adequadas para a região, a área cultivada foi de 7.113 ha; em 1998, de 34.820 ha; em 2008, de 110.505 ha; e em 2018, de 209.081 ha no município (IBGE, 2024). Como resultado, Balsas, grande 2020 e 2021, eliminando 241,64 km² de vegetação nativa (IPAM, 2022), e, em 2023, foi vice-campeão, ficando atrás de São Desidério, Bahia (Caniato, 2024).

A formação das grandes propriedades em Balsas e região, entre 1920 e 1960, remete à maneira como ocorreu a apropriação da terra e dos recursos naturais no período em que a pecuária se constituía a principal atividade econômica. Como nos anos 1970, a maior parte das terras era controlada pela elite pecuarista local, a reconfiguração do território ficou sujeita aos seus interesses, excluindo do processo pequenos e médios produtores que não possuíam de fato as terras que lhes eram de direito, porque não tinham as escrituras (Miranda, 2011). Portanto, a modernização da agricultura conservou a estrutura fundiária local e marginalizou o ator político, que hoje chamamos de agricultor familiar, situação comum a outras áreas do Cerrado, como atestam Costa e Santos (2010), Frederico (2013), Matos e Pessôa (2014) e Jesus e Fabrini (2017).

As dinâmicas da concentração fundiária foram renovadas pela crescente financeirização da agricultura, que estimulou o avanço do agronegócio, a estrangeirização da terra, a conformação de uma nova governança global dos negócios e o acirramento dos conflitos territoriais (Kato; Leite, 2020). Associado a este processo, tem-se, também, um crescimento nos índices de pobreza e desigualdade, conflitos fundiários, conflitos hídricos e conflitos intraelites no Cerrado (Favareto et al., 2019). Não se pode negar, contudo, que

¹ Costa *et al.* (2020) falam em transferência de poder do Estado para o capital privado, tese que não me parece verdadeira, porque não houve transferência, ocorreu um processo diretamente ligado aos interesses de grandes empresas nacionais e internacionais que atuaram e atuam, muitas vezes, em parceria com o Estado, especialmente em obras de infraestrutura para a exportação de grãos.

² Esse foi o primeiro ano que o município de Balsas figurou entre os municípios produtores de soja na Pesquisa Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

os conflitos recentes, engendraram um novo padrão de representação do agronegócio, mais sensível às questões ambientais e trabalhistas (Pompeia, 2020, 2023). Isso é o que se comprova com uma rápida olhada no Informativo 117 da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), publicado em agosto de 2021, que destaca: “nosso carbono é verde” e “valorização do trabalho da mulher no agronegócio nacional”.

A discussão acima é melhor entendida pelas lentes do campo de investigação da ecologia política, movimento crítico formado no fim da década de 1960 e início da década de 1970, quando as explicações para os problemas ambientais eram pautadas no crescimento populacional, na tecnologia inadequada e na má gestão, sendo a maioria dos argumentos apolíticos. Nas décadas seguintes, a ecologia política refletiu sobre a distribuição desigual dos benefícios e dos custos associados às mudanças socioambientais, reforçando a desigualdade social e econômica (Bryant; Bailey, 1997); e sobre os processos de industrialização, de desindustrialização e de degradação ambiental oriundos da globalização neoliberal (Peet; Robbins; Watts, 2011).

Para os ecologistas políticos, o olhar para o local e suas relações com o global, e vice versa, são fundamentais para se compreender os conflitos e os processos de mudança ambiental, e abriu caminho para uma ecologia política de escalas, que trata das variações sociais e biofísicas em diferentes níveis de agregação: local, regional, nacional e global. A ecologia política de escalas deve ser socialmente construída, relacional e contingente para realçar as faces do poder e dos conflitos oriundos da apropriação de recursos naturais (Zimmerer; Bassett, 2003; Neumann, 2009).

A ecologia política tem incorporado o uso das escalas para compreender as transformações locais decorrentes do estabelecimento de atividades agrícolas ou de mineração, orientadas por estratégias econômicas e políticas, nacionais e internacionais, de exploração de recursos naturais que geram mudanças ambientais e conflitos (Gezon, 2004; Hornborg, 2004; Paulson, 2004; Stevens, 2004). No Brasil, os trabalhos de Jatobá, Cidade e Vargas (2009) e Miranda (2011, 2013) apontam que o uso das escalas foi fundamental para a compreensão de como relações sociais, políticas e econômicas definem e redefinem aspectos locais e globais e são vetores de processos de mudanças ambientais.

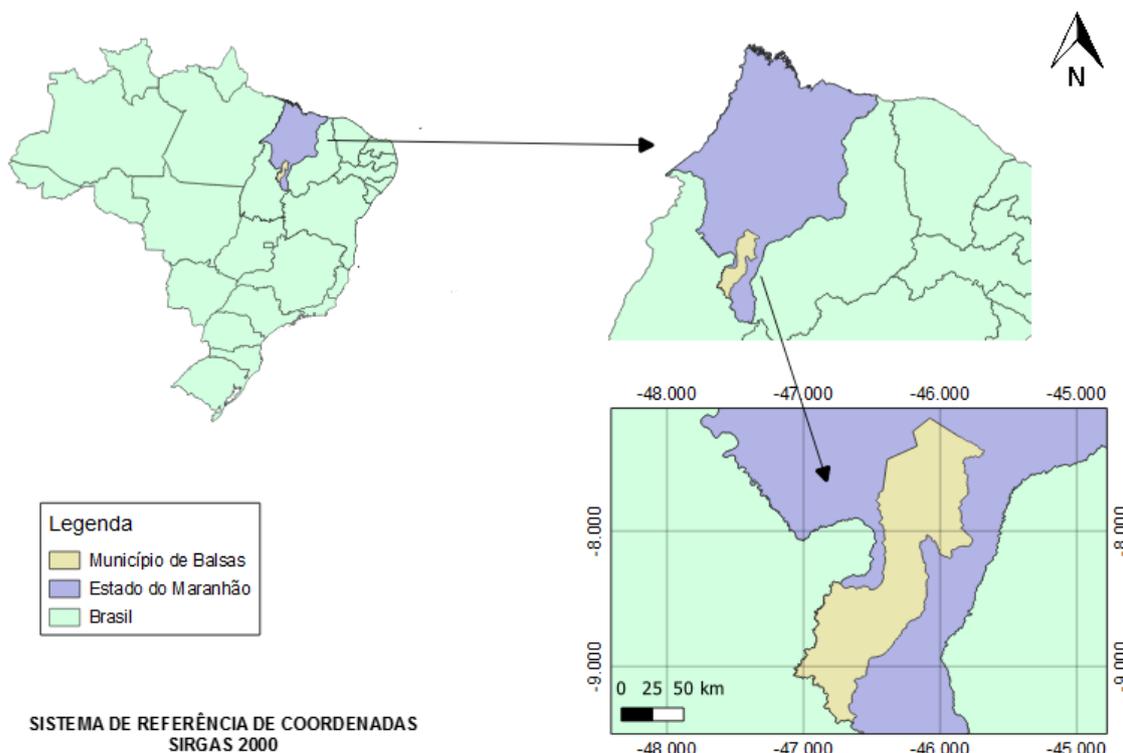
Metodologia e lócus de pesquisa

A pesquisa que fundamenta o artigo foi realizada no município de Balsas, localizado na mesorregião sul-maranhense e na microrregião Gerais de Balsas. A metodologia, por sua vez, pautou-se: (1) no levantamento das principais políticas e programas governamentais relativos ao avanço da sojicultura no Cerrado; (2) na consulta aos dados produtivos disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE); (3) na consulta de jornais e de revista de abrangência regional e nacional, e de documentos da Câmara Municipal de Balsas para obter as informações sobre o estabelecimento de empresas produtoras de grãos; e (4) na realização de entrevistas semiestruturadas com sojicultores que se estabeleceram na década de 1970, assim como com sojicultores do

Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)³ que iniciaram suas atividades produtivas em 1995.

A compreensão dos processos de reconversão⁴ produtiva da soja no sul do Maranhão partiu da análise da trajetória percorrida pelos produtores de soja, entre 1977 e 2010 – os sojicultores particulares, aqueles que realizam a gestão do próprio estabelecimento, e as empresas produtoras de grãos, aquelas que contratam funcionários para gerir e planejar todo o processo produtivo –, para que fosse possível analisar os modelos de apropriação do espaço e seus recursos naturais, expressos nas correlações de forças que, ao longo do tempo, contribuíram para o crescimento das áreas de cultivo agrícola e para a consolidação do agronegócio da soja na região.

Figura 1 – Localização do município de Balsas no estado do Maranhão



Fonte: Elaboração Própria.

Estabelecimento, expansão e empresarização da soja

Os primeiros sojicultores procuravam terras baratas e aptas ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, e crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das

³ Fruto de uma parceria entre o governo brasileiro e o governo japonês, em 1974, para estimular o desenvolvimento agrícola no Cerrado e o crescimento da oferta de alimentos no mundo (Yoshii, 2000).

⁴ As reconversões produtivas estão relacionadas às dinâmicas de diferenciação social e de mudança no posicionamento de grupos sociais na estrutura agrária, e às alterações nas relações de poder e mudança nas relações de trabalho (Nunes, 2011).

atividades agropecuárias tradicionais, assim como para o plantio de culturas modernas⁵. Estas estratégias representaram novas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais (uso das chapadas, subutilizadas pelos pecuaristas e pelos agricultores familiares), que serão analisadas a partir da trajetória das famílias Philipsen e Sandri.

Leonardus Philipsen, migrante holandês que chegou em São Paulo no ano de 1949, mudou-se para Não Me Toque (RS), em 1956. Já em 1957, começou a cultivar a terra através de financiamento de custeio junto ao Banco do Brasil. No final da década de 1960, vendeu suas terras, 24 ha, para arrendar uma área de 400 ha no município vizinho da Chapada (RS). No entanto, o falecimento do proprietário das terras, em 1973, mudou o rumo da família Philipsen. Os herdeiros solicitaram a área e a família ficou sem terra para plantio (Kaiser Silva, 2009).

No ano de 1974, Leonardus Philipsen foi informado, pelo gerente do Banco do Brasil de Carazinho (RS), que havia uma linha de crédito subsidiada, sem correção monetária e sem necessidade de avalista, para agricultores dispostos a modernizarem a agricultura sul-maranhense⁶. Munido da informação, Leonardus Philipsen viajou para Balsas e, no mesmo ano, foi à agência do Banco do Brasil de Uruçuí (PI)⁷. Dois anos depois, em 1976, teve um projeto aprovado para trabalhar em 1.000 ha, no valor de 3,8 milhões de cruzeiros, com 12 anos de prazo, 4 anos de carência e juros de 1% a.a, sem correção monetária e sem necessidade de avalista (Kaiser Silva, 2009).

A primeira lavoura da família Philipsen foi plantada a 180 km da cidade, em terras do estado, cedidas por uma Carta de Anuência emitida pelo Secretário de Estado da Agricultura do Maranhão, na época, Domingos dos Santos Martins, no governo de Nunes Freire, precedido pelo de José Sarney. Sua primeira colheita foi de arroz, em 1976, e o Secretário da Agricultura esteve presente. Contudo, no ano seguinte, a Carta de Anuência foi suspensa pelo governador e a família teve que procurar uma nova área para cultivar.

O primeiro cultivo de soja da família Philipsen foi realizado em 1977, na Fazenda Santo Isidro, na qual plantaram 32 ha. A colheita não foi boa, a cultivar trazida do Rio Grande do Sul não era adequada ao Cerrado. No ano seguinte, o senhor Philipsen comprou a Fazenda Vargem Limpa (6.000 ha), do pecuarista Eloy Coelho Neto, distante 45 km da sede municipal de Balsas, e a renomeou como Fazenda Boa Vista:

A primeira área foi plantada aqui no coco [área na divisa entre os municípios de Balsas e de Riachão], na Fazenda Santo Isidoro, a primeira variedade que foi plantada era do Sul, não era nem daqui, não existia variedade de soja [para o Maranhão], daí fomos pegar uma do Sul para cá, e daí, como o clima é diferente, não cresceu direito, (...) aí não desenvolveu, não deu certo, não é? Fomos

⁵ Entre as culturas tradicionais, destacam-se os cultivos do café, do arroz, da cana-de-açúcar e do algodão. As culturas modernas, no Brasil, são o trigo e a soja, que começaram a ser cultivados comercialmente, concomitante ao processo de modernização da agricultura.

⁶ Embora o senhor Leonardus Philipsen em nenhum momento faça menção ao nome do programa federal que financiava terras e atividades agropecuárias no Maranhão, fica claro, pelas características e detalhes apresentados, que se trata do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA).

⁷ Na época, a cidade de Balsas ainda não possuía uma agência do Banco do Brasil, instituição tradicional de financiamentos de lavouras, especialmente, no período de modernização da agricultura brasileira.

pegando variedades mais aqui de perto, Goiás, e mesmo assim ainda não rendia muito não (Entrevista com Antonius Philipsen, filho do senhor Leonardus Philipsen).

Leonardus Philipsen ressalta que teve que superar duas dificuldades principais para ter as condições adequadas para desenvolver uma agricultura mecanizada. A primeira era a inexistência de uma revenda de máquinas e implementos agrícolas, que começou a ser superada no dia 12 de julho de 1977, quando, em sociedade com Francisco Honaiser, Lírio Braun, Martinus Philipsen e Antônio Carlos Noal, criou a Lavronorte Produtos para Lavoura Ltda., para comercializar implementos agrícolas e, posteriormente, a revenda de tratores e colheitadeiras, nos anos 1980.

(...) nós tivemos mesmo que abrir uma revenda aqui, no caso foi a Lavronorte, na época, para nós termos as nossas máquinas, não é? Peças! Você ia comprar uma câmara de ar, por exemplo, para um trator, tinha que comprar de Imperatriz para frente, não tinha nada aqui, parafuso aqui não achava, não tinha nada em Balsas (...) (Entrevista com Antonius Philipsen, filho do senhor Leonardus Philipsen).

A segunda era a falta de cultivares de soja adequados, que o levou, em 1977, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Londrina (PR), para firmar uma parceria que permitisse o desenvolvimento de cultivares adaptados às condições edafoclimáticas do sul do Maranhão. A parceria trouxe, a Balsas, o pesquisador Irineu Alcides Bays, que, em 1982, desenvolveu a primeira cultivar maranhense, chamada de mina, em homenagem à esposa de Leonardus Philipsen, Wilhelmina.

Outra família que migrou para Balsas, nos anos 1970, foi a família Sandri. Antídio Sandri e seu irmão Delmo Sandri iniciaram o planejamento de saída do Rio Grande do Sul na segunda metade dos anos 1970, em busca de áreas de cultivo maiores, uma vez que a que possuíam era pequena:

Nós tínhamos 15 ha e não era chão de serra, era o Vale do Alto Uruguai, chão de serra é muito fértil, mas na nossa área só trabalhava manualmente, tração animal, coisa só manual. E nós apostávamos que sabíamos produzir, sabíamos trabalhar, então pegar uma área com mais espaço para poder plantar mecanizado, não é? Então foi o que fez nós sairmos de lá. A gente sofreu demais, deixar todos os parentes e amigos que a gente passou a juventude... a terra da gente sempre é a melhor (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

Com a intenção de vender os 15 ha no Rio Grande do Sul para comprar uma área maior, Antídio Sandri, começou a se informar sobre novas áreas de cultivo no Cerrado. Nos anos 1970, muitos gaúchos estavam migrando para o Mato Grosso. Entretanto, um parente da família que já havia comprado terras no sul do Maranhão falou que o solo era bom e que estava disposto a vender sua propriedade. Não perdendo tempo, em 1977, Antídio e Delmo Sandri visitaram Balsas, acharam a região adequada para o cultivo mecanizado e com terras baratas. Fecharam logo o negócio com o tio.

A primeira área que a família comprou foi de 813 ha, 54 vezes maior do que a posse do Rio Grande do Sul. Após comprarem as terras, surgiram muitas ofertas de venda de terras para a família:

Na época que nós chegamos, vinha todo mundo, tinha muita gente querendo vender as chapadas, vender as terras porque nas chapadas não dava nada, então muita gente querendo vender terra e oferecia, aí nós fomos comprando umas áreas e fomos seguindo (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

No Rio Grande do Sul, os Sandri plantavam milho, soja, arroz, feijão e trigo com a força de trabalho familiar, e, no plantio e na colheita, pagavam um trabalhador para ajudar. A grande dificuldade da família Sandri, ao chegar ao sul do Maranhão, em termos produtivos, foi ter que plantar apenas arroz:

Lá diversificávamos um monte de cultura, as hortaliças também, todo tipo, aqui ficou só especificamente no arroz e nós no começo sentíamos preocupação em apostar só numa cultura. O arroz é bastante preocupante, porque qualquer veranico que tem se acaba, mas, por sorte que, no primeiro ano que nós plantamos, colhemos cheio [colheram tudo], atrasou o plantio, porque tudo era mais difícil, mas colhemos safra cheia, vendemos bem, então nós demos uma levantada boa (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

O primeiro cultivo de soja da família Sandri foi em 1980, quando plantaram 30 ha. A área destinada ao plantio de soja permaneceu pequena nos anos seguintes, porque a família não conseguia custear a produção junto ao Banco do Brasil, que considerava esta uma operação de risco, porque não havia cultivares adequados para a região, e o arroz continuou sendo a cultura principal para a comercialização. A pequena produção de soja era ensacada, pois não havia caminhões graneleiros, e vendida para São Luís, Fortaleza e Goiânia. Os casos das famílias Philipsen e Sandri, além de retratarem o perfil dos sojicultores pioneiros de Balsas, mostram-nos também um processo de reconversão produtiva, a passagem de uma agricultura familiar, no Rio Grande do Sul, para uma agricultura patronal, no sul do Maranhão.

Nos anos 1990, o Banco da Amazônia S.A (BASA) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) estimularam fortemente a expansão da soja no sul do Maranhão, com a estruturação do Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Pólo de Balsas (PAPDPB), com recursos: do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado em 1974, para viabilizar projetos de desenvolvimento na Amazônia; do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), principal incentivo fiscal do Nordeste, criado em 1974; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado em 1988, para contribuir com o desenvolvimento econômico (França; Santana, 1997).

De outro lado, a oferta de crédito para custeio do plantio de soja pelos bancos oficiais de crédito e pela Agro Industrial dos Cereais do Vale S.A (CEVAL), associada à formalização da intenção de implantar o Corredor de Exportação Norte, pelo governo federal, em setembro de 1990 – para que a soja produzida no Maranhão fosse

comercializada no mercado externo –, estimularam o aumento do cultivo de soja no município de Balsas. No dia 7 de julho de 1992, o primeiro navio carregado de soja balsense partiu do Porto da Madeira, em São Luís, em direção à Espanha (Miranda, 2011, 2021).

Em 1992, havia 118 produtores de soja no Maranhão cultivando uma área de 45.849 ha. Destes, 45 cultivavam até 150 ha, o que representa 38% do total; 57 cultivavam entre 150 ha e 600 há; e apenas 17 produtores cultivavam áreas acima de 600 ha, representando 14% (CVRD, 1993). Portanto a soja não era ainda um empreendimento empresarial. Contudo, é impossível negar que o Corredor de Exportação Norte estimulou sobremaneira a sojicultura e a chegada de grandes empresas produtoras e receptoras de grãos, como assinala o senhor Antídio Sandri:

(...) eles [o governo] fizeram o Corredor Norte de Exportação, que deu mais um incentivo e divulgou a nível nacional que a região era viável, que dava para produzir tudo que vem produzindo hoje. Então o Corredor de Exportação na verdade nada mais fez que uma divulgação, porque no momento não tinha ferrovia, não tinha nada, depois que foi chegando a Ferrovia Norte-Sul na Ferrovia Carajás, depois veio para Imperatriz, depois veio para Porto Franco, aí foi melhorando (...) (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

No campo da pesquisa agropecuária também houve políticas de fomento à sojicultura. A EMBRAPA, nos anos 1990, investia na realização de parcerias com órgãos de pesquisa privados para desenvolver cultivares e tecnologias agrícolas para o Cerrado e para a Amazônia. Em 27 de abril de 1993, os sojicultores de Balsas criaram a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), para formalizar uma parceria com a EMBRAPA e representá-los institucionalmente nas áreas de pesquisa e extensão:

A FAPCEN é um órgão que tem os cotistas, que pagam pelas pesquisas à EMBRAPA, que desenvolve as variedades, os cruzamentos necessários, e a FAPCEN se encarrega de multiplicar as variedades que a EMBRAPA fez, aí se distribui para cada cotista um percentual, depois de feita a pesquisa... nós temos diversos cotistas em diferentes regiões (...), tem no Piauí e tem no Maranhão, tem até no Centro-Oeste, tem até em Roraima que é diferente um pouquinho o clima (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

As ações da FAPCEN na área de pesquisa e os recursos da terceira etapa do PRODECER possibilitaram a implementação do Projeto de Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL), coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) e executado pela Cooperativa BATAVO, sediada no Paraná, que criou, no dia 9 de maio de 1995, a Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda., com sede na Fazenda Batavo, nos Gerais de Balsas. Um dos beneficiários do Projeto Batavo, o paranaense Carlos Degger, ressalta que os motivos que o levaram a Balsas:

É o que eu sempre digo, até hoje digo: lá no Sul ficaram pequenas as áreas, e lá todo dia praticamente você torce para que o seu vizinho quebrar ou morrer, para

sobrar uma área para você plantar. (...) Eu tomei conhecimento dele [PC-GEBAL] lá no Paraná através da cooperativa... como a cooperativa tomou conhecimento eu não sei. Mas a cooperativa foi... diz que foi escolhida, a que apresentou a melhor opção para gerir essa fase do projeto, não é? Daí eu fui um dos que se inscreveu e foi escolhido para vir (Entrevista com Carlos Degger, colono do Projeto Batavo).

O mineiro Devanir Bazoni, por sua vez, apresenta outros motivos:

Eu por acaso fui trabalhar em Paracatu em Minas Gerais, eu trabalhava com mineração e fui trabalhar. Em Minas, na cidade que eu fui tinha 7, 8 projetos iguais [do PRODECER] em volta, como eu vinha da área rural, minha mãe, meu pai, eu nasci na roça, depois sai, meu pai continua até hoje. Eu fui conhecer as fazendas lá, conheci as pessoas em volta, conheci o projeto lá em Ribeiro de Paracatu e comecei assim, aí eu resolvi deixar a mineração e fui procurar outra oportunidade. A oportunidade que surgiu foi o PRODECER, aí eu vim para cá [Balsas] (Entrevista com Devanir Bazoni, colono do Projeto Batavo).

Cada colono recebeu um lote de 483 ha e 1,2 milhões de dólares para: comprar um pivô central de irrigação para 50 ha, dois tratores, uma colheitadeira, uma grade, uma plantadeira, uma pipa para óleo diesel, construir galpões e uma casa na agrovila, e desmatar e corrigir o solo. O projeto financiou uma estrutura coletiva formada por: duas agrovilas, um escritório para a cooperativa, uma unidade de secagem de grãos e um silo de grãos com capacidade aproximada de 70.000 toneladas.

Os governos, municipal e estadual, tinham uma contrapartida para que o projeto fosse implantado no estado: a construção e a recuperação de estradas e de pontes, assim como a eletrificação rural. Mesmo sem a contrapartida dos poderes públicos locais, os colonos começaram a chegar ao projeto em julho de 1995 e realizaram o primeiro plantio no mesmo ano. A primeira lavoura foi plantada coletivamente, em condomínio, e organizada pela cooperativa porque a autorização de desmate de todos os lotes não ficou pronta há tempo:

No primeiro ano nós produzimos muito bem, mas tivemos muitas dificuldades. É... com a cooperativa, na hora de acertar as contas, nós tivemos aqui uma questão nova, o que estava na cooperativa queria porque queria controlar tudo, está certo? Inventou um condomínio, e esse condomínio deu enormes prejuízos, então o PRODECER ele dá lucro para o colono no início, é onde o colono se prepara para usar nos anos piores, não é? Nós, além de tudo, tivemos essa questão, não é? Nós perdemos dinheiro no primeiro ano, nós colhemos 39 sacas de soja [por hectare] no primeiro ano, nós recebemos todo dinheiro financiado do BNB, todo dinheiro (Entrevista com Devanir Bazoni, colono do Projeto Batavo).

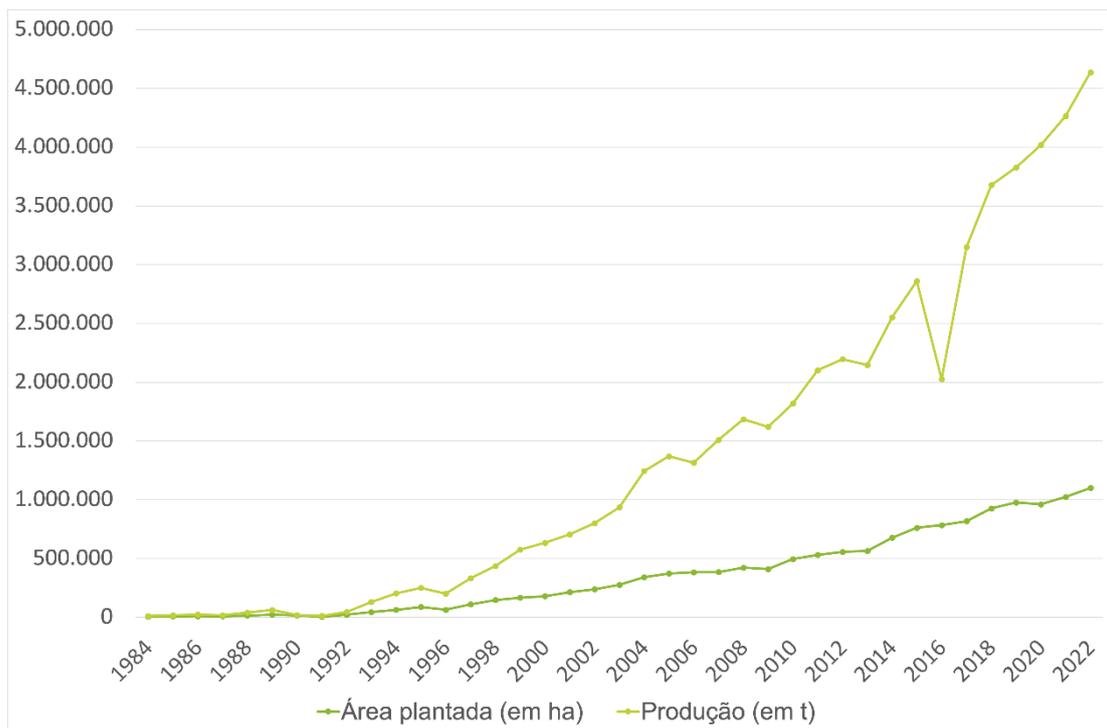
Nos anos 2000, a cooperativa não tinha mais condições financeiras para continuar operando, porque uma parcela dos colonos, para evitar que débitos anteriores fossem

abatidos, vendia a produção diretamente para as tradings que financiavam suas lavouras (Bunge, Cargill, Ceagro e Multigrain). Sem produção suficiente para comercializar, os sócios da cooperativa abriram processo de liquidação, em 15 de dezembro de 2004, tendo como liquidante o colono Devanir Bazoni. Para manter os custos operacionais de liquidação, escritório, funcionários e advogados, o silo da cooperativa foi alugado:

Para uma empresa chamada Multigrain [até 2011]. A Multigrain está lá dentro, e paga 180 mil dólares de aluguel por ano. Esses 180 mil dólares eu tenho utilizado para pagar um escritorzinho pequeno aqui e fazer as defesas no escritório do advogado lá no Paraná, e a gente gasta esse dinheiro basicamente nos defendendo. Bom, o quê que aconteceu? Nós conseguimos ganhar na justiça o direito de não pagar essas contas todas, nos defendemos bem, fizemos um bom trabalho e tudo que entrou a partir da minha entrada lá como liquidante, em vez de está gastando algo, nós conseguimos evitar os pagamentos, pequenas exceções, algumas coisas que a gente não sabe, não sabia e não tivemos condições de nos defender, o resto a gente conseguiu e estamos gastando esse dinheiro pagando advogado, investindo na justiça e desse jeito está indo. Nós estamos aos trancos e barrancos, a gente está ganhando, com exceção das dívidas com o governo, com o FUNRURAL, com a receita, e essas são grandes demais para nós, além de grandes, são dívidas lançadas na dívida ativa, antes da gente chegar [ao projeto], a cooperativa não se defendeu, então todas as cobranças que foram feitas à cooperativa posteriormente, eu fiz a defesa e eles arquivaram o processo (Entrevista com Devanir Bazoni, colono do Projeto Batavo).

Em 2009, havia apenas dois colonos morando no projeto e uma grande parcela dos demais arrendou suas terras. Apesar disso, a articulação político-institucional, entre o governo japonês – financiador do PRODECER – e o governo brasileiro, formou uma correlação de forças que empreendeu transformações. O PC-GEBAL abriu as portas para as grandes empresas produtoras e receptoras de grãos nacionais e transnacionais se instalarem nos Gerais de Balsas, e redefiniu o perfil dos sojicultores. Os produtores particulares, por sua vez, passaram a dar lugar às empresas produtoras de grãos, iniciando, assim, um processo de reconversão produtiva, marcado pela forte presença do capital privado no financiamento das lavouras e na comercialização agrícola sul-maranhense, e um processo que chamamos de empresarização da soja.

Gráfico 1 – Evolução da produção de soja no Maranhão



Fonte: CVRD (1993). IBGE (2024).

Os investimentos feitos pelo Estado nos anos 1980 (Ferrovia Carajás) e nos anos 1990 (Corredor de Exportação Norte) transformaram a sojicultura maranhense: houve aumento da área cultivada e da produção, mediante a inserção de novos atores (empresas) no processo produtivo. Na década de 1980, no estado do Maranhão, a área média destinada ao cultivo de soja era de 9.560 ha e a produção média era de 14.848,71 t. Nos anos 1990, a área média foi de 72.154,7 ha e a produção média correspondeu a 148.489,2 t. Entre 2001 e 2010, a área média foi de 353.377,40 ha e a produção média de 946.613,50 t; e, de 2011 a 2022, a área média foi de 967.996,70 ha e a produção média de 2.777,924,90 t (CVRD, 1993, IBGE 2024).

As primeiras empresas a se instalarem no sul do Maranhão foram: a Agropecuária e Industrial Serra Grande (AGROSERRA), criada em 1985, para o cultivo de soja; e a SLC Agrícola, que, em 1988, vendeu sua fazenda de 2.000 ha, em Horizontina (RS), para comprar 26.000 ha no sul do Maranhão (FERRARI, 2011), para cultivar soja. Em 1989, a CEVAL iniciou suas atividades no sul do Maranhão com o financiamento de lavouras de soja e a construção de uma unidade de secagem e armazenamento de grãos em Balsas. A empresarização da soja era divulgada nos jornais. O jornal O Estado do Maranhão publicou, no dia 19 de agosto de 1993, no caderno de economia, que “Balsas ganhará duas indústrias: Ceval e Agroceres promovem investimentos no sul do Maranhão”. A primeira esmagaria a soja e a segunda produziria o álcool a partir de cana-de-açúcar. O também maranhense, O Imparcial, em 17 de novembro de 1993, foi mais contundente:

A partir de janeiro, a Ceval Alimentos S/A, uma das maiores cooperativas do país, iniciará a construção de uma grande indústria de soja no Sul do Maranhão. (...) Aos empresários catarinenses, o governador Lobão traçou um quadro de investimentos que o Governo vem realizando no setor agrícola, especialmente

no Sul do Estado, e destacou uma vez mais as imensas potencialidades da região. “Temos de recebê-los de braços abertos porque eu creio que, a partir do próximo ano, nós estaremos dando um salto gigantesco no setor de produção de óleo de soja no Maranhão”, afirmou o Governador (Ceval..., 1993).

Aby-Azar (1993), jornalista da Gazeta Mercantil, forneceu mais detalhes do empreendimento, mostrando que a CEVAL tentava enquadrar o projeto no Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (PRODEIN), financiado com recursos do Banco do Estado do Maranhão (BEM) para instalar a fábrica. Furtado (1993), jornalista da Revista Exame, destacava que há um Eldorado no Maranhão, Balsas, que atrai, toda semana, uma média de 40 novos migrantes vindos da região Sul. Embora tenha sido amplamente divulgado, a CEVAL e a Agrocere não instalaram unidades fabris em Balsas devido à instabilidade política e econômica que assolava o Brasil na primeira metade dos anos 1990. A CEVAL foi comprada em 1997 pela holandesa Bunge, que negociou durante um bom tempo com o estado do Maranhão para construir uma unidade de processamento de soja em Balsas. Mas, como não conseguiu as isenções pretendidas, passou a negociar com o governo do estado do Piauí, que atendeu prontamente aos pedidos.

O crescente aumento da produção de soja e a infraestrutura de transporte alicerçada no modal ferroviário do sul do Maranhão chamou a atenção de outras empresas, nacionais e transnacionais, receptoras de grãos, e marcou o início de grandes projetos de investimento privados. Paulo Alberto Fachin, em 1995, criou, no município de Balsas, a Ceagro, com o objetivo de comercializar soja, financiar lavouras e vender insumos. Em 1996, foi a vez da norte-americana Cargill inaugurar sua primeira unidade de recebimento de grãos em Balsas. Em 2007, a ABC Inco, que passou a se chamar Algar Agro a partir de 2009, instalou-se no estado do Maranhão e, atualmente, está presente na comercialização de grãos nos municípios de Alto Parnaíba, Anapurus, Balsas, Simbaíba, São Domingos e Tasso Fragoso, como também no processamento de grãos no município de Porto Franco, que possui uma localização favorável com modais rodoviários e ferroviários interligados ao completo portuário de Itaqui, em São Luís (Algar Agro, 2017).

O início dos anos 2000 foi marcado pela instalação de empresas comercializadoras de grãos e pela implementação de novos modelos de produção e gestão agrícola. A Agrinvest, criada em 2004, comprou 50.000 ha de terra no sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, a partir da emissão de títulos na Euroclear, uma câmara internacional de compensação de títulos, que captou 26 milhões de dólares (Antunes, 2010). O grupo argentino Los Grobo, em 2008, associado à gestora de investimentos Vinci Partners, do banqueiro Gilberto Sayão, comprou parte do controle acionário da Ceagro (Oscar; Scheller, 2013), dando origem à Ceagro Los Grobo do Brasil, que passou a controlar uma produção de 800.000 toneladas de soja no Maranhão, Piauí e Tocantins (MAPITO), numa área de 60.000 hectares, a partir da gestão de contratos.

O aumento do preço da soja, no início dos anos 2000, aqueceu o mercado de terras no sul do Maranhão, leste do Tocantins, sul do Piauí e oeste da Bahia (MATOPIBA) (Ferro; Castro, 2013), e atraiu fundos estrangeiros de investimento, que se tornaram os grandes financiadores da expansão da agricultura empresarial. Os principais foram: o Ridgefield Capital, que aportou recursos na Agrinvest, em 2005; o Touradji Capital, que, juntamente

com os grupos Vinci Partners e Los Grobo, fundaram, em 2008, a Sollus Capital, com o objetivo de investir em terras para a produção de girassol, milho, soja e trigo, no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (Sollus Capital, 2017), e passaram a controlar 30.000 ha de terras no MAPITOBA, que são utilizados produtivamente pela Ceagro, controlada pela multinacional japonesa Mitsubishi (Freitas Jr., 2013); além desses, o Valiance Asset Management firmou uma parceria com a SLC Agrícola, em 2012, e criaram a SLC LandCo para ser o braço imobiliário do grupo (SLC, 2024).

A reestruturação empresarial e produtiva do agronegócio brasileiro continuou nos anos 2010 com ingresso de fundos de investimento norte-americanos e de multinacionais asiáticas no processo produtivo e na infraestrutura de transporte. Embora a Agrinvest tenha ampliado a sua área de cultivo no final dos anos 2000, na Safra de 2012 cultivou 77.000 ha, dos quais 72.000 ha foram no Maranhão (Freitas Jr., 2013). Nesse mesmo período, a crise econômica afetou fortemente a empresa, que, depois da saída do fundo norte-americano Ridgefield Capital, que vendeu sua participação a um grupo de investidores brasileiros, está à procura de um parceiro que adquira uma parte das ações para que os investimentos em custeio do processo produtivo sejam ampliados e a finanças sejam reequilibradas (Batista, 2013, 2014).

Na década de 2010, as mudanças na Ceagro Los Grobo do Brasil foram mais profundas. Em 2012, a Mitsubishi Corporation, última grande empresa japonesa com atuação no mercado de grãos a ingressar no Brasil, comprou 20% da Ceagro Los Grobo e, em 2013, mais 60%. Com a reestruturação acionária da Ceagro Los Grobo, os grupos Los Grobo e Vinci deixaram a empresa, então o empresário Paulo Alberto Fachin manteve 20% e continuou como diretor (Oscar; Scheller, 2013). Com isso, a empresa passou a se chamar Agrex do Brasil e chegou a cultivar 70.000 ha de soja e milho nos estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e do Goiás, e disputa espaço entre as gigantes do agronegócio (Pontes, 2014).

Empresários nacionais também ingressaram neste mercado. Em 2011, José Gomes da Silva, da Companhia de Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS), ao receber fazendas como pagamento de dívidas, criou a Cantagalo General Grains (CGG), em parceria com Wilson Vian, da GFN Agrícola, e Paulo Moreira Garcez⁸, da Agrícola Estreito, que receberam, em seguida, aportes financeiros do fundo norte-americano Valor Grains e da japonesa Sojitz⁹ (Barros, 2017). A CGG chegou a ter 146.789 ha em Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Piauí, e a CGG Trading iniciou a execução da construção do Terminal de Grãos do Maranhão (TELEGRAM), no complexo portuário de Itaqui, estratégico para a exportação de grãos para a Europa. Contudo, a tentativa dos empresários brasileiros não foi exitosa e 43,13% da CGG Trading foi vendido para a Sojitz, em 2017 (CGG, 2017), e a totalidade de sua participação no TELEGRAM à IG4 Capital, em 2020 (Valenti, 2020).

⁸ Antigo proprietário da Multigrain, comprada pela japonesa Mitsui & Co, cuja aquisição inicial foi de 45,1% do capital e, em 2013, conclui a aquisição de 100% do capital (Mitsui, 2017). Além desta operação, a Mitsui & Co negociou a compra de 30% da Algar Agro para ampliar seus negócios no país (Barros; Mendes, 2017), mas quem acabou comprando foi norte-americana ADM (G1, 2018).

⁹ Atua nas áreas: automotiva, aeroespacial, infraestrutura e meio ambiente, energia, metais e carvão, produtos químicos, alimentos e agronegócios, bens e material de consumo, e varejo. Na área de alimentos e agronegócio, atua na produção e comercialização de fertilizantes e de grãos no mundo (Sojitz, 2017).

A empresarização da soja no sul do Maranhão representou mais uma transformação no processo produtivo porque as grandes empresas receptoras de grãos passaram a controlar, indiretamente, o processo produtivo: financiando o custeio das lavouras, vendendo insumos e defensivos agrícolas, e comprando a produção, deixando os produtores particulares dependentes de seus interesses. Muitos sojicultores particulares do Maranhão acabaram arrendando suas terras para empresas produtoras de grãos, como a SLC Agrícola, que possui 2 fazendas e uma área plantada de 104.756 ha (SLC, 2024), assim como a Agrex do Brasil, que possui 6 áreas de produção agrícola no MAPITO, cultivando 24.000 ha de soja e 14.000 ha de milho e de armazenamento (Agrex do Brasil, 2024), por ser mais rentável do que plantar.

Conclusões

A atuação das tradings processadoras e comercializadoras de grãos, de um lado, foi fundamental para que a soja se tornasse a principal atividade agrícola do município de Balsas e do sul do Maranhão, além de se tornar fundamental também para as reconversões produtivas. Primeiro, no custeio da produção de sojicultores pioneiros, no final dos anos 1980. Segundo, na ampliação dos financiamentos de lavouras e da capacidade de armazenamento de grãos, nos anos 1990, que contribuiu para a instalação de empresas produtoras de grãos. Por fim, a empresarização da soja, por outro lado, modificou o agronegócio da soja por completo ao inserir novas formas de capitalização no agronegócio brasileiro e gestão agrícola, e a prestação de serviços no campo.

O capital internacional, portanto, sempre esteve presente na cadeia produtiva da soja, inicialmente, pela atuação governamental estrangeira. Nesse sentido, o PRODECER ilustra bem a ação de um governo internacional no fomento à produção e distribuição agrícola no Cerrado. O que se coloca como novo, neste século, é a forte presença de empresas transnacionais atuando na compra de terras de grandes produtores de grãos, assim como na compra de terminais graneleiros em portos estratégicos para a exportação. Essas dinâmicas (re)configuraram o agronegócio brasileiro como um todo, de modo que instituições tradicionais, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), perdem espaço, e novas, como a ABAG, concentram os holofotes e protagonismo nas exportações de grãos.

As dinâmicas entre global e local, como destaca a ecologia política com o uso das escalas geográficas, permitem a compreensão das transformações mais recentes no agronegócio da soja: a reconfiguração das disputas internacionais por matéria prima no início deste século. Grandes empresas japonesas, como a Mitsubishi, a Mitsui e a Sojitz, iniciaram um processo agressivo de aquisições de produtoras e comercializadoras de oleaginosas e de infraestrutura de transporte no Brasil para equilibrar o avanço da China na compra de terras para a produção de soja. Cenário, este, que também contribui para explicar o avanço do desmatamento para abertura de novas áreas de cultivo no Cerrado e, conseqüentemente, o aumento do desmatamento e crescimento populacional.

No Sul do Maranhão, os efeitos da modernização agrícola são tardios, quando comparados com regiões do Cerrado mineiro e goiano. Em Balsas, por exemplo, a expansão do cultivo da soja causou significativas transformações no município. Ao menos uma dessas

merece destaque: o crescimento populacional associado à diminuição da população rural. Em 1970, a população municipal era de 19.385 habitantes, 7.054 urbanos (36,39%) e 12.331 rurais (63,61%); em 1980, eram 23.700 habitantes, 13.548 urbanos (57,16%) e 10.152 rurais (42,84%); em 1991, a população era de 60.163 habitantes, 30.633 urbanos (73,55%) e 11.015 rurais (26,45%); em 2010, a população era de 83.537 habitantes, 72.786 urbanos (87,13%) e 10.751 rurais (12,87%); e, em 2022, a população totalizou 101.767 habitantes¹⁰ (IBGE, 2006, 2010, 2022).

Referências

ABAG. **Informativo ABAG**. n. 117, ano 22. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2021/09/INFORMATIVO117-online.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ABY-AZAR, C. Ceval decide construir fábrica de farelo e óleo em Balsas, no Maranhão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 20 nov. 1993, p. 19.

AGREX DO BRASIL. **Produção agrícola**. Disponível em: <https://www.agrex.com.br/nossos-negocios/producao-agricola/>. Acesso em: 6 set. 2024.

ALGAR AGRO. **Player de larga escala no mercado de soja desde 1978**. Disponível em: <http://www.algaragro.com.br/algaragro.qps/Ref/PAIA-6XZ62B>. Acesso em: 6 set. 2017.

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista Agrária**, n. 2, p. 40-68, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i2p40-68>.

ANTUNES, L. Agrinvest faz operação pioneira no agronegócio e obtém capital no exterior. **Blog Aqui no Brasil**, 06 out. 2010. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/tag/agrinvest/>. Acesso em: 13 fev. 2011.

AZEVEDO, A. I.; MARTINS, H. T.; DRUMMDOND, J. A. L. A Dinâmica institucional de uso comunitário dos produtos nativos do Cerrado no município de Japonvar (Minas Gerais). **Revista Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 193-228, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000100009>.

¹⁰ O IBGE, até o segundo semestre de 2024, não disponibilizou os números da população urbana e rural.

BARROS, B. Em crise, CGG Trading renegocia suas dívidas. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 maio 2017. Agronegócios. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4963070/em-crise-cgg-trading-renegocia-suas-dividas>. Acesso em: 6 de set. 2017.

BARROS, B.; MENDES, L. H. Algar Agro negocia venda de fatia de 30% à Mitsui. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 ago. 2017. Agronegócios. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/5076082/algar-agro-negocia-venda-de-fatia-de-30-mitsui>. Acesso em: 6 de set. 2017.

BATISTA, F. Grupos do Japão focam em Produção no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 dez. 2013. Agronegócios. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3376218/grupos-do-japao-focam-em-producao-no-brasil>. Acesso em: 6 de set. 2017.

BATISTA, F. Negócios com terra perdem vigor no país. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 jan. 2014. Agronegócios. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3409390/negocios-com-terras-perdem-vigor-no-pais>. Acesso em: 6 de set. 2017.

BRYANT, R. L.; BAILEY, S. **Third world political ecology**. Nova York: Routledge. 1997.

BUNKER, S. G. Os fatores espaciais e materiais da produção e os mercados globais. In: COELHO, M. C.; MONTEIRO, M. (Org.). **A mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007a, p. 65-101.

BUNKER, S. G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração. In: COELHO, M. C.; MONTEIRO, M. (Org.). **A mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007b, p. 105-137.

CANIATO, B. Cerrado: as dez cidades que mais desmatam o segundo maior bioma brasileiro. **Veja**, São Paulo, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/cerrado-as-dez-cidades-que-mais-desmatam-o-segundo-maior-bioma-brasileiro>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CERQUEIRA, E. B. **O Cerrado e suas comunidades tradicionais: Impactos e a percepção estudantil relacionada a esses aspectos**. 2011. 125 p. Dissertação (Mestrado em Conservação de Recursos Naturais Do Cerrado) – Instituto Federal Goiano, Urutaí, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3940>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CEVAL beneficiará soja em Balsas. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 17 nov. 1993, Caderno Política, p. 3.

CGG. **Fazendas**. Disponível em: <http://www.cgctrading.com>. Acesso em: 6 de set. 2017.

COSTA, R. A.; SANTOS, F. O. Expansão agrícola e vulnerabilidade natural do meio físico no sul goiano. **GeoAtos**, v. 2, n. 10, p. 23-35, 2010. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v2i10.270>.

COSTA, T. R. S.; MATTOS JUNIOR, J. S.; SODRÉ, R. B.; SOUSA, I. B. B. Os conflitos agrários frente às novas dinâmicas territoriais no campo maranhense (1985-2018). **Revista Geonorte**, v. 11, n. 38, p. 243-257, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21170/geonorte.2020.V.11.N.38.243.257>.

CVRD. **Diagnostico do corredor de exportação norte**. São Luís: CVRD, 1993.

FAVARETO, A.; NAKAGAWA, L.; KLEEB, S.; SEIFER, P.; PÓ, M. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista Nera**, v. 22, n. 47, p. 348-381, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i47.6275>.

FERRARI, B. O outro lado do eldorado nordestino da soja: expansão do agronegócio na região Mapitoba atrai levas de migrantes e cidades da região já sofrem com graves problemas de infraestrutura. **Revista Veja**, São Paulo, 21 mar. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-outro-lado-do-eldorado-nordestino-da-soja>. Acesso em: 23 mar. 2011.

FERRO, A. B.; CASTRO, E. R. Determinantes dos preços de terras no Brasil: uma análise de região de fronteira agrícola e áreas tradicionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 591-619, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000300010>.

FRANÇA, F. M. C.; SANTANA, G. M. **Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do pólo de Balsas**. Fortaleza: BNB, 1997.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de Cerrado. **Geosp**, n. 34, p. 46-61, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2013.74934>.

FREITAS JR., G. Agrinvest procura sócio-investidor para crescer. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 set. 2013. Agronegócios. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3273550/agrinvest-procura-socio-investidor-para-crescer>. Acesso em: 6 de set. 2017.

FREITAS, R. E.; MENDONÇA, M. A. A. Expansão Agrícola no Brasil e a Participação da Soja: 20 anos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, p. 497-516, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540306>.

FURTADO, J. M. Há um Eldorado no Maranhão: campeã de produtividade, Balsas, no sul do Estado, quer colher 1 milhão de toneladas no ano 2000. **Revista Exame**, n. 516, p. 34-36, dez. 1993.

G1. **ADM fecha acordo para compra de ativos da Algar e amplia presença no Brasil**. AGRO, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2018/08/16/adm-fecha-acordo-para-compra-de-ativos-da-algar-e-amplia-presenca-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GEZON, L. L. Finding the global in the local: environmental struggles in Northern Madagascar. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Orgs.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 135-153.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>.

HORNBORG, A. Undermining modernity: protecting landscapes and meanings among the Mik’maq of Nova Scotia. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Orgs.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 196-214.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 15 jan. 2011.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 15 jan. 2011.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/panorama>. Acesso em: 13 jun. 2014.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 13 jun. 2024.

IPAM. **Balsas é o município que mais desmatou o Cerrado no último ano**. Notícias, 7 jan. 2022. Disponível em: <https://ipam.org.br/balsas-e-o-municipio-que-mais-desmatou-o-cerrado-no-ultimo-ano/>. Acesso em: 13 set. 2022.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, 47-87, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000100004>.

JESUS, A. D.; FABRINI, J. E. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos cerrados piauienses. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, n. 25, p. 94-116, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/3849>. Acesso em: 13 jun. 2021.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12506>.

KAYSER SILVA, C. **Os caminhos da soja até o Maranhão**. Não Me Toque (RS): Gráfica Gapel, 2009.

LIMA, M. S. B; MAY, P. H. **A expansão da fronteira agrícola no Sul do Amazonas e na relação com o incremento do desmatamento nas áreas de Cerrados e campos naturais**. Disponível em:
<http://www.amazona.org.br>. Acesso em: 11 mar. 2008.

MATOS, P. F; PESSÔA, V. L. Z. Apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, p. 6-26, 2014. DOI:
<https://doi.org/10.14393/RCT91721597>.

MIRAGAYA, J. F. G. **Transformações no Arco do Desmatamento**: a expansão da pecuária bovina na Amazônia, pressões sobre o ambiente e o papel das políticas públicas na contenção do desmatamento (1990/2010). 2013. 245 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15401>. Acesso em: 13 jun. 2020.

MIRANDA, R. S. **Ecologia política da soja e processos de territorialização da soja no Sul do Maranhão**. 2011. 203 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2128>. Acesso em: 13 jun. 2013.

MIRANDA, R. S. Ecologia política e processos de territorialização. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 1, p. 142-161, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000100008>.

MIRANDA, R. S. Ecologia política da soja: grande propriedade e conflitos socioambientais. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 1 p. 407-433, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2316-1329.111.16>.

MITSUI. **Agronegócios**. Disponível em: http://www.mitsui.com/br/pt/business/1214932_8749.html. Acesso em: 6 set. 2017.

NEUMANN, R. P. Political ecology: theorizing scale. **Progress in Human Geography**, v. 33, nº 3, pp. 398-406, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132508096353>.

NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do semiárido nordestino**: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE). 2011. 202 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2348>. Acesso em: 13 jun. 2013.

OSCAR, N.; SCHELLER, F. Mitsubishi compra o controle da brasileira Ceagro por R\$ 1 bilhão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 jun. 2013. Economia & Negócios. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mitsubishi-compra-o-controle-da-brasileira-ceagro-por-r-1-bilhao-imp-,1037731>. Acesso em: 6 de set. 2017.

PAULSON, S. Gendered practices and landscapes in the Andes: the shape of asymmetrical exchanges. In: PAULSON, S.; G., Lisa L. (Orgs.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 174-195.

PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M. J. Global nature. In: PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M. J. (Orgs.). **Global political ecology**. Londres: Routledge, 2011, p. 1-47.

POMPEIA, C. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>.

POMPEIA, C. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 66, p. e202839, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202839>.

PONTES, A. A empresa que nasceu gigante. **Dinheiro Rural**, São Paulo, 21 abr. 2014. Negócios. Disponível em: <http://www.dinheiorural.com.br/secao/agronegocios/empresa-que-nasceu-gigante>. Acesso em: 6 de set. 2017.

RIBEIRO, A. V. Consenso da commodity soja e conflitos socioambientais no cerrado Piauiense. **Novos Cadernos NAEA**, v. 27, n. 2, p. 31-59, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v27i2.15778>.

SLC. **Nossas fazendas**. Disponível em: <https://www.slcagricola.com.br/nossas-fazendas/>. Acesso em: 6 de set. 2024.

SOJITZ. **Agricultural and Food Products**. Disponível em: <https://www.sojitz.com/en/business/service/foods/>. Acesso em: 6 set. 2017.

SOLLUS CAPITAL. **Visão Geral**. Disponível em: <http://www.solluscapital.com.br/Portugues/home.html>. Acesso em: 6 de set. 2017.

STEVENS, C. J. Symbolic action and soil fertility: political ecology and the transformation of space and place in Tonga. In: PAULSON, S.; GEZON, L. L. (Orgs.). **Political ecology across spaces, scales, and social groups**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, p. 154-173.

VALENTI, G. Gestora IG4 assume controle do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram). **Revista Exame**, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://exame.com/exame-in/gestora-ig4-assume-controle-do-terminal-de-graos-do-maranhao-tegram/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

YOSHII, K. Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. In: YOSHII, K.; CAMARGO, J. A.; ORIOLI, A. L. (Org.) **Monitoramento ambiental nos projetos do Prodecer**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2000, p. 27-33.

ZIMMERER, K. S.; BASSET, T. J. Approaching political ecology: society, nature, and scale in human-environment studies. In: ZIMMERER, K. S.; BASSET, T. J. (Orgs.). **Political ecology: an integrative approach to geography and environment-development studies**. New York: The Guilford Press, 2003, p. 1-25.

Sobre o autor:**Nome completo: Roberto de Sousa Miranda**

Doutor em Ciências Sociais pelo programa de Pós - Graduação Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: robertosmiranda@yahoo.com.br